

## **Mesa redonda – Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo<sup>19</sup>**

*Diante de uma situação na qual os índices de desemprego aumentam, observa-se o crescimento do mercado informal de trabalho, das formas cooperativas de relação de trabalho e a emergência da noção de empregabilidade. Para debater esses três assuntos, foram convidados: Ricardo Antunes, Maria Cristina Cacciamali, Sigmar Malvezzi e Luigi H. Verardo, cujas exposições são apresentadas a seguir.*

### **O mundo precarizado do trabalho e seus significados**

**Ricardo Antunes<sup>20</sup>**

Quero iniciar agradecendo à equipe do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, aos colegas que compõem esta mesa pela satisfação em poder participar deste debate. Acho muito positivo que ele seja interdisciplinar, com pesquisadores de outras áreas. É a primeira vez que eu tenho a oportunidade de estar aqui nesse Instituto, motivo pelo qual uma vez mais eu agradeço.

O tema que vocês nos propuseram é um tema muito difícil: “Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo”. Começarei discutindo esse subtítulo.

Façamos um desenho do que se passa no mundo do trabalho e no mercado de trabalho hoje. Talvez pudéssemos começar dizendo que nas últimas duas décadas e meia, de meados dos anos 70 para cá, o mundo produtivo do capital sofreu transformações muito profundas. Frente a uma crise estrutural de dimensões abrangentes, cujas conseqüências nós estamos vivendo hoje, isto é, esse cenário crítico que atinge ora o Japão, ora a Coréia, ora a Europa, ora os Estados Unidos, ora os países como o nosso. Mas, digamos, nesse conjunto de problemas bastante complexificados, há um ponto que nos parece importante e que diz respeito ao tema do nosso debate.

Num contexto de crise, iniciada nos anos 70, as várias formas de produção, ou melhor dizendo, a forma de produção então dominante, que era caracterizada pelo que eu

---

<sup>19</sup> Mesa redonda organizada pelo Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, realizada no dia 29 de abril de 1999.

<sup>20</sup> Professor Livre Docente em Sociologia do Trabalho na Universidade de Campinas, Unicamp. Foi *Visiting Research Fellow* na Universidade de Sussex (1997-1998). Autor de *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, (São Paulo: Boitempo, 1999) e *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez-Unicamp, 1995), dentre outros. É também Coordenador da Coleção Mundo do Trabalho (Boitempo Editorial).

chamo do binômio taylorismo-fordismo, aquela grande indústria concentrada, com produção em série, com os controles do cronômetro, com as empresas verticalizadas, geradoras de um operariado produtivo de massa, aquele desenho produtivo taylorista e fordista (que, como disse Henry Ford, permitiria ao consumidor a opção de escolher entre o Ford modelo T cor preta ou outro Ford modelo “T” cor preta e que foi genialmente satirizado por Chaplin no filme *Tempos Modernos*), aquele padrão produtivo, vigente na indústria e mesmo nos serviços, ao longo praticamente de todo o século XX, deu sinais de esgotamento.

Entendo que o esgotamento não é do taylorismo-fordismo, mas é expressão de uma crise do próprio modo de produção e de sua lógica societal. É mais fundo o problema, mas não cabe aqui tentar desenvolver esta temática, complexa e fora do objeto específico desta mesa.<sup>21</sup> De todo modo, a crise estrutural do sistema de capital deu sinais também no esgotamento do próprio sistema taylorista e fordista de produção. Era preciso mudar esse padrão produtivo. O binômio taylorista-fordista já não era mais capaz de manter a dinâmica do processo de acumulação em escala mundial, mantendo altos índices de crescimento. Ao contrário, já era possível presenciar níveis decrescentes das taxas de lucro, no início dos anos setenta.

E o que aconteceu? Os capitais, em várias partes do mundo, já vinham ensaiando há mais ou menos tempo (o Japão, por exemplo, desde o pós-guerra), novas formas de acumulação de capital, mais ou menos diferenciados do padrão de produção taylorista-fordista. O mesmo se pôde ver, a partir dos anos 70, na região da Califórnia nos Estados Unidos, no norte da Itália, (de onde se originou a Benetton), na experiência da Suécia e em regiões da Alemanha, dentre tantas outras partes. Muitos experimentos, com maior ou menor envergadura, o capital vinha fazendo no sentido de responder a um quadro crítico para o qual a produção em massa não mais se mostrava condizente. E essas mutações, que também são significativas, afetaram muito profundamente o mundo do trabalho.

Eu não poderia aqui tentar desenvolver a diferenciação entre toyotismo, taylorismo e fordismo, pois há, no meu entender, continuidades e descontinuidades entre ambos. Mas talvez pudéssemos em uma síntese, com o risco de sermos muito imprecisos, dizer que no modelo toyotista o envolvimento do trabalhador no projeto da empresa é fundamental. O taylorismo reduzia, na medida em que separava gerência científica e execução, o trabalhador a um executor brutalizado, uma vez que esse trabalhador ou trabalhadora executava operações rigidamente programadas, definidas e controladas. O toyotismo, como um experimento do capital, avançou ainda mais profundamente, percebendo que era possível se apropriar do saber fazer intelectual do trabalho. Mas para isso era preciso envolver o trabalhador nesse processo, dar ao trabalhador a aparência de que efetivamente dispunha de autonomia para pensar no que é melhor para a empresa. Foi o trânsito de uma forma mais claramente despótica, para uma outra forma, digamos assim, aparentemente menos despótica. Uma forma relativamente menos despótica, mas que tem como contrapartida a condição para envolver a subjetividade do trabalhador nesse processo, de envolvê-lo de modo completamente manipulado e subordinado aos interesses exclusivos da empresa e do capital, incentivando o desenvolvimento do que chamei, em *Os Sentidos do Trabalho*, de uma subjetividade inautêntica.

Foi assim que no Japão concedeu-se emprego vitalício, ganhos por produtividade, participação no processo produtivo, criação de células produtivas, círculos de controle de qualidade e uma série de outras transformações. Mas é muito importante lembrar que esse modelo só teve vigência no Japão depois que se quebrou e destruiu o sindicalismo de classe. Foi preciso quebrar a espinha dorsal do sindicalismo japonês, bater duramente na sua

---

<sup>21</sup> Ver meu livro *Os Sentidos do Trabalho*, onde procuro desenvolver elementos desta tese (São Paulo: Boitempo, 1999).

vértebra, de tal modo que, desvertebrado, permitisse esse envolvimento patronal, que supõe que o trabalhador coloque a sua subjetividade e o seu saber a serviço do projeto da empresa e do capital. Ele só pode pensar na empresa, na produtividade, na competitividade, no lucro, no crescimento, nas melhores condições para a produção de resultados etc. etc. etc. Lembremos que o lema da Toyota, no início dos anos 50 era: “Proteja a Empresa, para Proteger a sua Vida”. Esse era o lema da “família Toyota”. Além do espaço privado, no toyotismo o espaço público é visto como um prolongamento do espaço privado dos trabalhadores.

Bom, que conseqüências isso trouxe para os trabalhadores? Vem mudando a forma de ser da classe trabalhadora no universo das empresas que se submetem (parcialmente ou integralmente) ao toyotismo. E se nós imaginarmos que, a partir dos anos 70, 80, o Ocidente vem incorporando tanto o ideário, quanto elementos da pragmática toyotista, suas repercussões são cada vez maiores no mundo do trabalho do Ocidente. Isso não quer dizer que o Ocidente se toyotizou. Eu não chegaria a dizer o equívoco de que o Brasil tem o toyotismo como padrão produtivo e de gestão da força de trabalho como dominante. Nem a Inglaterra. Mas eu diria, com muita tranquilidade, que muitas fábricas tayloristas e fordistas do Brasil, hoje, utilizam-se intensamente de elementos do ideário e da pragmática do toyotismo. E também não incorpora outros, como o emprego vitalício, recusado pelo capital do Ocidente. O emprego vitalício é um elemento marcante do toyotismo japonês, estritamente para o Japão. Isso não quer dizer que no Japão o toyotismo seja bom. Eu sou um crítico áspero também do chamado modelo japonês. Basta ler o livro do Satoshi Kamata, *Toyota, a fábrica do desespero*, para se ter a dimensão de como o toyotismo aumenta e intensifica a exploração do trabalho. Bastaria lembrar que o Japão tem índices altíssimos de morte no trabalho (*karoshi*). O operariado japonês é um dos que mais trabalha no mundo, sua jornada de trabalho é extenuante e o receituário mais recente do capital japonês, quando iniciou a crise no Japão, era simples: trabalhar mais horas por dia. Em vez de oito ou nove horas. Esse é um dos elementos do receituário do capital para se sair da crise, numa população que basicamente só trabalha, como a classe trabalhadora japonesa, se pudéssemos sintetizar de maneira um pouco provocativa.

Esse cenário criou, no universo das chamadas empresas flexíveis, empresas enxutas, da *lean production*, de todo esse ideário e essa pragmática que caracteriza a empresa capitalista dos nossos dias, um enorme processo de precarização dos direitos do trabalho. Faço um parênteses, para dar a dimensão deste problema: em qualquer aeroporto que você esteja hoje, você tem essa “literatura” de aeroporto. Como “enxugar” a sua empresa, como “secar” a sua empresa, como reduzir a sua empresa. Se a gente for lembrar de como é que se fazia para secar o tecido, é isso que se faz com a empresa. E isto significa, essa é a questão, que o mundo do trabalho é fortemente afetado. Aí entram, por exemplo, a questão da chamada “empregabilidade” e da informalização do trabalho, para citar dois pontos. Qual é a questão da empregabilidade? Existe um bilhão e duzentos milhões de homens e mulheres hoje que estão ou precarizados ou trabalhando em tempo parcial, sem direitos consolidados. É isso que eu entendo e estou chamando aqui de trabalho precarizado. Não importa se o trabalhador dispõe de um alto capital cultural, se ele é um inspetor de qualidade etc. Ele tem seus direitos do trabalho completamente precarizados e se coloca diuturnamente em disponibilidade para o capital. E encontrar emprego é um empreendimento cada vez mais difícil. Se pudesse ironizar, com algo que é tão sério, diria que o único setor que abre emprego no Brasil hoje é o mundo do crime, das drogas. Se nenhuma dessas alternativas forem boas, resta às massas ingressar nas assembléias universais dos reinos de deus e do demônio.

Retomando: o que é que se passa no mundo produtivo da empresa flexível, nesse ideário e nessa pragmática que marca o mundo contemporâneo? É preciso que o trabalhador se “qualifique”, porque como tem mais de um bilhão de homens e mulheres precarizados ou desempregados, *part-time*, algo como um terço da força humana que trabalha, resta a

alternativa – diz ideologicamente o capital – da “qualificação”, da busca de “empregabilidade” para o trabalhador sair destas formas de precarização e desemprego mundial. É evidente o caráter falacioso e falso dessa proposição. Dentro desta lógica destrutiva do capital, hoje, no meu entender, não temos alternativas de fundo. Nós vamos ver em quanto tempo nós vamos chegar em um bilhão e meio, em quanto tempo nós vamos chegar em dois bilhões etc. Aumentando ainda mais esses exércitos monumentais de despossuídos do mundo urbano e rural. Não é só no Brasil. É no Brasil, é na Inglaterra, é na Índia, na Europa etc. Outro dia nós vimos a pesquisa do Márcio Pochman, da Unicamp, onde aparecemos como o quarto país em desemprego absoluto no mundo. Eis mais um prêmio que deve ser em grande medida credenciado ao projeto nefasto que hoje domina esse país. Somos o quarto país em destróçamento social. É uma barbárie completa e sem limites.

Como funciona o mundo produtivo? Quais são seus mecanismos de acumulação? Por exemplo, como é que a Toyota fez para dar o salto do chamado “toyotismo”?

Para o capital e seu processo de acumulação, era preciso combinar redução da força de trabalho, “qualificá-la”, isto é, torná-la “polivalente”. Na Toyota, um trabalhador ou uma trabalhadora operam, em média, com até cinco máquinas. Ao contrário da relação taylorista e fordista, onde a relação é um trabalhador ou uma trabalhadora trabalhando com uma máquina, na Toyota o trabalho é em equipe, é trabalho coletivo. Se um falta, ele é cobrado pelo coletivo porque a produtividade do grupo cai. E ele é incitado a controlar a qualidade do seu produto. Eu afirmei no meu livro *Adeus ao Trabalho?* que o trabalhador se torna déspota de si mesmo. Ele é o controlador dele próprio. Não há, por exemplo, mais a figura do inspetor de qualidade. Esses trabalhadores “polivalentes” fazem o seu próprio controle.

Criou-se também a necessidade imperiosa, pelos capitais, de expandir as diferentes formas de trabalhos informais, dos trabalhos terceirizados, dos trabalhos precarizados. Esses novos contingentes de trabalhadores e de trabalhadoras que são mais ou menos assemelhados nas suas condições de precarização, que estão na franja da empresa. Por um lado, um núcleo central mínimo se preserva, que é o núcleo mais qualificado, polivalente, multifuncional. Depois, tem os vários núcleos terceirizados. Por exemplo, a Toyota no seu modelo original, ao contrário da Ford, horizontalizou a sua relação produtiva. Ela tem as terceiras, as empresas subcontratadas. Na fábrica da Volkswagen de Resende, no Rio de Janeiro, praticamente quase tudo é terceirizado, por módulos produtivos. E os trabalhadores terceirizados tornam-se cada vez mais responsáveis pela produção e cada vez mais precarizados em seus direitos. É uma brutal e perversa contradição.

Resultado disso: você cria uma força de trabalho que se encontra em plena disponibilidade para o mercado de trabalho. A empregabilidade, então, é, no meu entender, uma falácia do capital. Os empresários dizem: “os trabalhadores estão desempregados porque não são “qualificados”. Aí o trabalhador ou a trabalhadora, que nem louco, se qualificam para depois permanecerem desempregados ou, na melhor das hipóteses, desempregar os que eram anteriormente “qualificados”. E tem um segundo ponto: muitas empresas não precisam de trabalhadores qualificados, mas exigem a qualificação porque tem uma massa imensa de trabalhadores disponíveis. Por exemplo, na pesquisa séria da Liliana Segnini, da Unicamp, ela questiona a “qualificação” que é preciso para o trabalhador ou trabalhadora bancária, para exercitar aquele trabalho que é um trabalho desprovido de dimensão criativa, completamente rotinizado. Mas a exigência (ideológica) da “qualificação” é feita. Como outras vezes se exige uma escolaridade, porque há uma força excedente de trabalho, enorme. Mas isso cria um trabalhador muito fragmentado. Reduz o operariado tradicional, manual, fabril, taylorista e fordista e aumentam as formas de trabalho *part-time*. A Inglaterra talvez seja o melhor exemplo, dentro da União Européia, desse tipo de precarização do trabalho acentuada, onde os direitos estão minguando mesmo nos países avançados e você tem esse exército monumental de trabalhadores precarizados, *part-time*. O caso norte-americano não é exceção. No meu entender, são aparentemente baixos os níveis de desemprego nos Estados Unidos,

mas a empresa que mais emprega hoje nos Estados Unidos não é mais a General Motors, mas é uma empresa de terceirização. Ela tem lá um plantel imenso de trabalhadores disponíveis para exercer qualquer atividade. E outro dia eu assisti a um Seminário sobre o trabalho contingente em Chicago. Naquelas unidades onde os trabalhadores precários vão todo o dia para um balcão vender a sua força de trabalho. Lembra um pouco aquela negociação de vendas de escravos na época colonial, agora adaptada ao fetiche “pós-moderno” do final do século XX, com suas formas intensificadas de arcaísmo e precarização. Quem imaginava (veja-se a dimensão da tragédia do nosso fim de século!) que o avanço tecnológico poderia possibilitar que uma vida dotada de sentido começasse a ser construída, vê a vida sendo solapada do seu sentido mais elementar, onde nem a possibilidade de vender a sua força de trabalho o trabalhador tem.

Bom, esse quadro, que eu tive que apresentar de modo resumido, não me permite concordar com a tese do fim do trabalho, do *The end of work*, como diz o Jeremy Rifkin, ou ainda o *Adeus ao proletariado*, do André Gorz, texto de vinte anos atrás, onde o trabalho deixava de ser categoria central. Qual é a “tragédia” do capital? É que ele não se repõe e não se valoriza sem a recorrência a alguma forma de trabalho vivo, mesmo que ele reduza ao máximo essa força humana. Tudo o que nós estamos vendo aqui, dos computadores e *softwares* da IBM à Microsoft, dos carros da Nissan, da GM, ou ainda às roupas da Benetton, ou os tênis da Nike, todas estas mercadorias resultam da interação entre a força constituinte do trabalho vivo e a força constituída do trabalho morto, conforme tese que apresento em meu livro recente *Os Sentidos do Trabalho*. Ainda que, é evidente, quanto menos trabalho vivo, melhor para o capital; em contrapartida, quanto mais trabalho morto, quanto mais tecnologia, melhor para o capital, que, como se sabe, é desprovido de qualquer sentido de humanidade.

É essa interação, entretanto, que se complexifica. E o que o capital faz? Ele reduz a força de trabalho vivo e leva a um processo crescente de intensificação dessa mesma força de trabalho vivo. As pesquisas críticas, tanto no Brasil quanto no exterior, essa literatura crítica tem mostrado o fosso que há entre o ideário da nova fábrica e o chão produtivo. Qual tem sido um traço comum? O aumento da intensificação da exploração do trabalho. Essa é a questão. E num sistema do capital mundializado, às vezes um automóvel aqui é feito com peças de trabalho de tantas partes do mundo. Tem-se, portanto, no mundo das mercadorias, a preservação tanto das formas de trabalho material quanto imaterial. Então, quando esses autores diziam que acabou a centralidade do trabalho, muitas outras (e complexas) questões se colocam. Uma delas é perguntar: E o mundo atual? É ou não o mundo das mercadorias, quer sejam elas materiais ou imateriais? Se o mundo atual não for o mundo das mercadorias, então nós poderíamos dizer: “Bom, o trabalho perdeu o sentido para o capital”. Se o mundo societal, entretanto, ainda tem a prevalência das mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, o trabalho assalariado, mesmo reduzido, mesmo fragmentado, mesmo heterogeneizado e complexificado, é fundamental para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital.

Veja-se outra característica fundamental, dada pela divisão sexual no trabalho. Do mesmo modo que o mercado de trabalho se abriu para a força feminina, ele a precarizou ainda mais, quando comparado ao trabalho masculino. Nas áreas dotadas de capital intensivo, com maquinário avançado, os homens predominam. E quem predomina nas áreas de trabalho intensivo, com menos capital intensivo? Claro, na divisão social e sexual do trabalho, o capital reserva este espaço mais precarizado para o trabalho feminino. E quando não são as mulheres, são os imigrantes, são os negros etc, aumentando ainda mais as formas diferenciadas de exploração do trabalho.

Por isso, para concluir, é bastante distinto falar em diminuição profunda do trabalho estável assalariado e em precarização do trabalho, do que falar em fim do trabalho assalariado sob o domínio do capital.